

BOLETIM

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae
São Paulo - Setor de Publicações - Ano V nº 18 Março/Abril de 1996

DOS SETORES Clínica

Editorial

Dando continuidade ao nosso Congresso Interno, propostas foram feitas para modificação das formas de gestão e de pertinência ao Departamento.

Elas foram motivo de muita discussão nas duas reuniões gerais, de março e abril, e da criação de dois grupos que estão trabalhando no sentido de esclarecer e elaborar concordâncias e divergências, pontos a serem votados em Assembléias próximas.

Como é de intuito do Boletim registrar o que está sendo produzido em seus diversos momentos, publicamos neste número os textos - propostas -, os resumos das duas reuniões, assim como um texto que nos chegou, já com algumas reflexões a partir desses encontros. Apesar do curto prazo, fez-se o possível para que esse material chegasse aos leitores a tempo de poder prestar bons serviços em nossa Assembléia, agora, dia 13.

Nosso desafio no momento parece ser o de explicitar regras que possibilitem boa gestão - de todos - sem cair numa estratificação de lugares, em nome de uma certa eficácia. É importante que encontremos, na medida do possível, regras claras e não plásticas quanto os complexos movimentos de produção que pretendemos abrigar.

Nessa mesma esteira, por maior visibilidade, publicamos uma lista dos setores com seus participantes e respectivos telefones.

Ainda neste número, com muita satisfação, inauguramos a sessão "Lançamento de Livros", na qual, com a colaboração de todos, notificaremos os textos que estejam sendo publicados dos membros desse Departamento.

Por último, mas não menos importante, contamos a partir de agora, no grupo do Boletim com a participação de Henriette Abranides Bucareiché, a quem damos boas vindas.

Lourdes Costa

I - Notícia Sobre o Movimento de Constituição de um Setor Clínica no Departamento

A partir de um processo de reestruturação da Clínica Psicológica do Instituto Sedes - que envolveu a quase totalidade de seus cursos e/ou departamentos -, foi tomando forma um Novo Projeto de Clínica para o Instituto, voltado para Prestação de Serviços, Formação e Pesquisa.

Nesse movimento, o Departamento de Psicanálise, através de um grupo de membros, teve atuação significativa na revisão das perspectivas iniciais da diretoria do Instituto Sedes. Essas perspectivas, restritas inicialmente à reformulação da Coordenação da Clínica do Instituto existente à época, foram ampliadas no sentido da formulação de diretrizes inovadoras, parte delas resgatadas do projeto do anterior Setor Clínica do nosso Departamento.

Os principais momentos deste percurso estão no artigo "Notícia sobre o movimento de constituição de um setor Clínica no Departamento" a disposição dos interessados na secretaria do Departamento, com Rose. Concomitantemente à conformação da nova Clínica do Instituto, foram também se prefigurando diretrizes gerais para a constituição do atual projeto de setor Clínica do Departamento.

II - Clínica no Departamento de Psicanálise: Uma Proposta

a) Da Concepção

a.1. Espaço de recepção e organização de diferentes modalidades de trabalho clínico realizado por alunos e membros do Departamento, seja atendimento individual (criança, adolescente adulto terceira idade), atendimento de casal, de família, de grupos, supervisão, consultoria, assim como de novas modalidades de atendimento que vierem a se propor

a.2. Instância de articulação entre a Clínica do Instituto e as diferentes pro-

postas de trabalho clínico do Departamento de Psicanálise.

a.3. Lugar de divulgação das demandas da Clínica do Instituto para o conjunto do Departamento.

a.4. Instância de divulgação de outras demandas para o conjunto do Departamento e de articulação do trabalho clínico junto às mesmas.

a.5. Espaço de fomento à interlocução entre diferentes experiências clínicas.

a.6. Instrumento de incentivo a pesquisas e de divulgação de seus resultados.

b) Da Constituição

Poderão fazer parte deste Setor todos os membros do Departamento e todos os alunos do Curso de Psicanálise que queiram desenvolver ou já desenvolviam trabalho clínico

c) Da Estrutura, Dinâmica e Fluxograma das Atividades do Setor

Estes aspectos das atividades do Setor serão objeto de discussão e formulação das próximas etapas do trabalho em torno da construção do próprio Setor.

Esperamos, a partir de agora, contar com novas adesões para aprimorarmos a proposta, tornando-a um **Projeto de Setor** que poderá ser aprovado em uma próxima Assembléia do Departamento.

No dia 23/03/93 ocorreu um Evento de **Apresentação da Nova Clínica do Instituto** para a Comunidade Sedes. No dia 18/04 teremos um Espaço Aberto do Departamento de Psicanálise para apresentação do **Setor Clínica do Departamento: Uma proposta**

Grupo Clínica

Adriana Fátima De Bona, Aline E. Camargo Gurfinkel, Cláudia Justi Monti Schönberger, Cleusa Abreu, Cleusa Pavan, Cristina Herrera, David Calderoni, Denise M. Cardoso Cardellini, Maria Cristina Petry Barros Martinha, Maria Lúcia de Moraes Borges Calderoni.

DOS SETORES

Eventos

I - Prezado Colega

Estamos publicando um complemento dos eventos realizados pelo Departamento de Psicanálise nos últimos anos já que a listagem anterior, enviada ao Boletim, continha algumas lacunas, por falha da secretária. Esperamos que agora todos os eventos estejam aqui registrados.

Nosso intuito é conservar a memória de nossas realizações. Para tanto pedimos sua contribuição na lembrança de possíveis erros.

EVENTOS

1977

1ª. JORNADA INTERNA: 1ª ENTREVISTA

Organização e Coordenação: Regina Chnaiderman, Ana Maria Sigal, Roberto Azevedo

Jornada Interna FORMAÇÃO: O PROJETO E O CURSO

Relatos introdutórios:

Regina Chnaiderman: SOBRE A FORMAÇÃO PSICANALÍTICA NO BRASIL.

Mario Fuks: SOBRE SUPERVISÃO

Ana Maria Sigal: SOBRE CURRÍCULO

1981

Conferência:

Henry Le Fèvre: O INCONCIENTE SOCIAL DA PSICANÁLISE

Organização: Regina Chnaiderman, Ana Maria Sigal

Conferência:

Félix Guattari: A MODELIZAÇÃO EM PSICANÁLISE E OS MODOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Tradução: Suely Roïnik

Coordenação: Mario Fuks

Organização: Mario Fuks, Ana Maria Sigal e Suely Roïnik

1985

HOMENAGEM A REGINA CHNAIDERMAN

Organização: Isaias Meltzton, Ana Maria Sigal, Jacob Guinsben

Seminário: Ana Maria Sigal: A FORMAÇÃO DO SUJEITO, DE WINICOTT A LACAN

Seminário: Contardo Calligaris:

A PSICOLOGIA MASCULINA - INVESTIGAÇÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS DO SEXO E DA SEXUALIDADE MASCULINA.

Apresentação: Ana Maria Sigal

1988

Curso: Sérvulo Augusto Figueira: PSICANÁLISES

1989

Convite a Luis Hornstein

Seminários:

A PRÁTICA PSICANALÍTICA MEIO SÉCULO DEPOIS DO "ESBOÇO" DE FREUD (três reuniões).

Conferência:

A HISTÓRIA DA PRÁTICA. A HISTÓRIA NA PRÁTICA PSICANALÍTICA

Apresentação e Coordenação do Debate - Ana Maria Sigal

Leilão beneficente para Victor Lamerato Costa

Organizado pelo Departamento de Psicanálise e Escola Vera Cruz

Comissão: Edna Matosinho de Pontes, Ana Maria Sigal, Lilian Quintão e Adriana Fátima de Bona, Anna Correa e Escola Vera Cruz Comissão de Pais

Participação de dezenas de artistas plásticos.

Leiloeiro: Maschio

1993

Encontro de Jean Laplanche com os professores do Curso de Psicanálise

Há fita gravada e vídeos das conferências e encontros.

Entrevista com Laplanche - FAZER JUSTIÇA AO TEXTO

Ana Maria Sigal - Percurso n° 5-6

Renato Mezan e Daniel Delouya - Percurso n° 13

II - PROGRAMAÇÃO 1995

CICLO: LEITURAS DE DE FREUD

19/04/95

- A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS (1900)

Expositores: Janete Frochtengarten, Renata Udler Cromberg

Coordenador: Renato Mezan

17/05/95

- A ORGANIZAÇÃO GENTIL INFANTIL (1923)

- CONSEQUÊNCIA PSÍQUICAS DA DIFERENÇA SEXUAL ANATÔMICA (1925)

Expositores: Ana Maria Sigal, Maria Aparecida K. Aidar

Coordenador: Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes

21/06/95

- UMA LEMBRANÇA INFANTIL DE

LEONARDO DA VINCI (1910)

Expositores: Lucia Barbero Fuks, Silvia Leonor Alonso

Coordenador: Eliana Borges Pereira Leite

16/08/95

- UM CASO DE NEUROSE OBSESSIVA (O HOMEM DOS RATOS) (1909)

Expositores: Cleide Monteiro, Rubia Maria Delorenzo

Coordenador: Cecília Luiza Montag Hirschzon

20/09/95

- LUTO E MELANCOLIA (1915)

Expositores: Anna Maria Amaral, Isabel Dora De Vilutis

Coordenador: Flávio Roberto Carvalho Ferraz

18/10/95

- O ESTRANHO FAMILIAR (1919)

Expositores: Mario Pablo Fuks, Miriam Chnaiderman

Coordenador: Marilúcia M. Meirelles de Alencar

22/11/95

- MAIS ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER (1920)

Expositores: Alcimar Alves Souza Lima, Luis Carlos Menezes

Coordenador: Maria Cecília Galli

Horário: 20:30hs Local: Auditório do Instituto Sedes Sapientiae

Informações e Inscrições

Instituto Sedes Sapientiae - Departamento de Psicanálise

Horário - 2a., 4a., 5a. feiras das 14:00 às 20:00 horas

3as. e 6as. feiras também das 10:00 às 13:00 horas

Taxa de Inscrição

Por encontro do 1º Semestre

R\$ 20,00 (vinte reais) público em geral

R\$ 15,00 (quinze reais) Membros do Departamento e Assinantes de Percurso

Por 3 encontros do 1º Semestre

R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais) público em geral

R\$ 38,00 (trinta e oito reais) Membros do Departamento e Assinantes de Percurso

Comissão Organizadora: Ana Maria Leal (Setor Eventos), Cecília Galli (Setor Eventos), Silvia Alonso (Setor Curso)

DOS SETORES

Publicações

Nós do Grupo de Resenhas da Revista **Percursos** vimos reiterar nossa disposição para o fortalecimento do diálogo com os membros do Departamento.

Na circular enviada em final de março fixamos uma data para a devolução do questionário que se seguia.

Contudo, aqui renovamos nosso convite à sua participação, no sentido de uma comuni-

cação permanente.

A idéia é termos acesso a um número cada vez maior de pessoas com alguma fluência no trabalho de escrita, disponibilidade, e que tenham vinculação prévia com o tema do livro em questão.

Por outro lado estamos também recebendo eventuais sugestões de livros a serem resenhados. Conforme dissemos, elas serão

consideradas pela relevância do dado texto, na linha editorial de **Percursos**, face às temáticas dos números seguintes da revista e pela notificação de temas de interesse dos membros desse Departamento.

Contamos com sua colaboração.

*Lourdes Costa,
pelo Grupo de Resenhas da Revista Percursos*

DOS SETORES

Quem Somos?

Dando seqüência ao trabalho de informação sobre quem são os membros do Departamento, publicamos neste número a relação dos que trabalham em cada setor e seus respectivos telefones de consultório.

Caso a relação esteja incompleta pedimos que entre em contato com Rose ou diretamente com o pessoal do Boletim para que possamos fazer as correções e/ou inclusões necessárias.

EVENTOS

Adriana Fátima de Bona	240-4333
Ana Maria S. Leal	67-7237
Jassanan Amoroso Dias Pastore	816-6282
Lilian C. R. Quintão	212-9165
Maria Cecília de L. V. Galli	813-5161
Maria Stella R. Sampaio Leite	62-1936
Mario Pablo Fuks	259-0922

GRUPO DE ESTUDOS

Ana Lúcia Panachão	212-8042
Clarissa Silbiger Ollita	884-3861
Cleide Monteiro	887-3557
Maria Antonieta Whately	62-4225
Maria Lúcia T. Bersou	887-6251
Marli Cirriaco	533-4841
Ruben Abel Trucco	864-5927
Tera Leopoldi	822-7820

SAÚDE MENTAL E INSTITUIÇÕES

Alexandra Sterian	575-1874
Eliana Vaz Macia	815-1315
Eliane Berger	813-7005
Gislayne Varelli Maia	64-3631
Marcia de Mello Franco	258-8648
Maria Angela Santa Cruz	62-1936
Maria Beatriz Costa Carvalho	871-5648
Mario Pablo Fuks	259-0922
Mauro Hegenberg	65-1163
Miriam Uchitel	826-8529

Nayra Cesa Penha Ganhito	871-5648
Paulo Jerônimo Carvalho	815-8738
Renata Azevedo Caiuffa	871-5648
Rita de Cassia Carles	864-9276

SETOR PUBLICAÇÕES BOLETIM

Elizabeth Antonelli Gaiarsa	885-5095
Eva Wongtschowski	883-6642
Henriette Bucarechi	881-5815
Maria de Lourdes Caleiro Costa	284-5963
Sonia Maria Rio Neves	287-9019

SETOR PUBLICAÇÕES PERCURSO

Adriana V. Moretti	853-5975
Anna Maria Amaral	231-4967
Cecília Hirschzon	288-7654
Cecília Meirelles	864-9276
Daniel Delouya	816-2184
Décio Gurfinkel	825-9794
Flávio Carvalho Ferraz	826-7792
Maria S. Dewick	887-3557
Mara Selalbe	871-3638
Maria de Lourdes Caleiro Costa	284-5963
Maria Inês Giora	823-0326
Miriam Chnaiderman	66-4537
Noemi Moritz Kon	285-4579
Regina Célia Cavalcanti de Carvalho	826-1140
Renato Mezan	881-4851
Ruben Abel Trucco	864-5927
Ruth Mara Nascimento	62-7743
Sérgio Marinho de Carvalho	67-0207
Wilson Klain	280-3149
Zalmira Montiel	816-1137

SETOR CURSO DE PSICANÁLISE

Alcimar Alves Souza Lima	0123 22-0548
Ann Sigal	67-7469
Anna Amaral	231-4967
Arthur Hippólito	873-2655
Camilla Haasz	826-8529
Cleide Monteiro	887-3557

Heide Tabacof	62-4225
Isabel Vilutis	256-4758
Janete Frochsengarten	212-9165
Lucia Barbero Fuks	259-0922
Luís Carlos Menezes	269-9018
Marcia Arantes	887-3557
Maria Aparecida K. Aídar	62-4225
Maria Claudia T. Vieira	872-3625
Maria Cristina Ocariz	256-4758
Maria de Fátima Vicente	282-4506
Maria Laurinda R. Souza	822-7820
Mario Pablo Fuks	259-0922
Miriam Chnaiderman	66-4537
Renata Crumberg	881-5815
Renato Mezan	881-4851
Rubia Delorenzo	887-3557
Silvia L. Alonso	66-2045
Wilson Campos Vieira	826-1498

GRUPO CLÍNICA

Adriana Fátima de Bona	240-4333
Aline E. Camargo Gurfinkel	825-1646
Claudia Justi Monti Schonberger	572-8632
Cleusa Maria Gomes de Abreu	543-5274
Cleusa Pavan	572-8632
Cristina Herrera	65-1163
David Calderoni	533-1715
Denise M. Cardoso Cardellini	241-4450
Maria Cristina Petry Barros Martinha	887-9960
Maria Lúcia de Moraes Borges Calderoni	820-0539

COMISSÃO COORDENADORA GERAL

Ana Maria Leal	67-7237
Cleusa Abreu	543-5274
Eliana Vaz Macia	815-1315
Elizabeth Antonelli Gaiarsa	885-5095
Lucia Barbero Fuks	259-0922
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes	67-7469
Maria Cecília Galli	813-5161
Maria Lúcia T. Bersou	887-6251
Wilson Klain	280-3149

CONGRESSO INTERNO

Sínteses das Reuniões Preparatórias para a Assembléia Geral, realizadas em 25/03/95 e 8/04/95.

I - A reunião geral da 25/03/95 discutiu propostas de entrada e pertinência ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Foram apresentadas 3 propostas por escrito e os debates se iniciaram com a apresentação da proposta do Flávio. A discussão girou em torno da proposição de uma comissão de pertinência que deveria avaliar os pedidos feitos por não alunos do Curso, uma vez que os alunos seriam membros natos. Esta comissão deveria ser composta por pessoas com história dentro do Departamento e não por membros recentes; a entrada sem ser através do Curso deveria ser considerada exceção e não a regra.

Mário Fuks discorda dos critérios de ordinaridade e naturalidade. A entrada deveria ser dada por um ato de vontade, ou seja, pelo pedido de pertinência. Deve-se cuidar também para não se constituir uma carreira psicanalítica; isto tem sido discutido na história da psicanálise e, apesar das mudanças do tempo, a questão da carreira burocrática continua a ter vigência e deve ser questionada como modelo.

Lê-se então a proposta da Fátima: eleição em Assembléia de uma comissão provisória, com mandato de 3 meses, que irá discutir os critérios de entrada no nosso Departamento. Estes critérios seriam apresentados ao coletivo, discutidos e aprovados em assembléia geral. A execução estaria a cargo da própria C.C.G.

Laurinda lê o documento que preparou retomando a história desta questão desde a formação do Departamento e fala sobre sua proposta (veja este documento na pág. 5).

Renato faz um apanhado das propostas até o momento, ressaltando que todas tem um espírito comum e algumas divergências. O comum consiste na abertura do Departamento e que a entrada não seja exclusivamente através do Curso. É importante, diz ele, refletir porque se deseja esta abertura - pessoas com outras origens - talvez pretenda-se maior participação no movimento psicanalítico, enriquecimento de nossos debates, etc... É uma questão que interessa pois é expressa desde 1980 e bloqueada todo este tempo. Assinala outra idéia comum que seria a gradação dos membros e lhe agrada que esta gradação seja a mais simples possível, por exemplo: - membro

participante (alunado, professorado, ex-alunado, comunidade, a origem é indiferente) - membro efetivo (aquele que tem participação em algum setor). Renato diz pensar justamente o oposto à proposta da Fátima. A comissão de pertinência deveria ter delegação e legitimidade para realizar sua tarefa e duração longa, por ex. duas gestões para constituir uma experiência. Sugere também que anualmente a Assembléia geral do Departamento ratifique e aceite formalmente os nomes lançados pela comissão.

Flávio insiste que faz sentido uma categoria membro-aluno e que o Departamento se abra em caráter extraordinário. Mantém a diferença entre quem vem do curso e quem vem de fora. Ratifica a questão da naturalidade mas sustenta que o Curso é um caminho andado.

Jerônimo intervém falando que o desejo de pertencer ao Departamento por alguém que está fazendo este Curso é diferente do desejo de alguém que escolha outro curso e outra formação. O Curso é do Departamento. A pertinência não é automática mas quem está no Curso está num momento de formação diferente do momento de outras pessoas que desejem pertencer ao Departamento.

Fátima esclarece que sua proposta não pretende que a Assembléia seja um modo de funcionamento do Departamento. Devemos ter clareza do que é ser membro do Departamento, quais seus direitos e deveres; a diretoria, a seu ver, é a Assembléia, a única que pode deliberar. Pensa em uma comissão provisória de elaboração de políticas de inserção que trabalhe coletivamente. Provisória no sentido de rodízio de tarefas, que as pessoas possam se incumbir delas sem exaustão, o gerir, o cuidar devem circular.

Ana Maria Sigal comenta que as propostas apresentadas para esta reunião tem níveis de elaboração diferentes. Não é possível juntá-las; a do Flávio já vem em forma de regimento. As 3 tem linhas políticas diferentes. Uma associação de psicanalistas não é um conjunto de profissionais. Um sociólogo pode ser um convidado, não um membro porque não é um psicanalista; estar dentro não outorga o caráter de psicanalista. Portanto temos que esclarecer o caráter do Departamento. Ser membro significa ser

reconhecido pela comunidade interna e externa como psicanalista? É uma autorização?

Fátima diz que discutir o que é ser analista não é pouca coisa e que o ponto ideológico diferente em sua proposta é que o Departamento deve se abrir a todo e qualquer analista. Não se pretende discutir a qualidade do analista e sim que estes possam entrar segundo nossos critérios. Analistas de fora, participantes da produção psicanalítica de diferentes formações são bem-vindos mas o que quer dizer analistas para nós?

Cristina Ocariz acha que se o Curso deixa de ser o centro as fantasias são mortíferas. O ponto é visceral na história do Departamento e é o mais complicado. Historicamente alguém que é aluno está produzindo portanto é membro. Só passar pela seleção do Curso cria o imaginário de que se é psicanalista. O que estamos discutindo agora é que se valide outras formações. O trabalho desta comissão provisória é difícil. Somos uma associação de psicanálises ou de psicanalistas? Fátima acha que é de psicanalistas mas isto implica em reconhecimento. A política de inserção tem a ver com ser analista. Uma instituição reconhecida e autorizadora é perigoso. Dizer que qualquer um é analista também é.

Renata fala da incapacidade de dar conta de tantas questões e pensa no que é prioritário em termos de tempo. Concorda com uma comissão que trabalhe tudo o que já está discutido. Acha que este é o eixo principal da próxima gestão dado o seu peso histórico: o lugar do Curso e o lugar do Departamento. Isto inaugura um movimento importante de mudança. A proposta do Renato e Dodora é instigante mas é muita mudança para se processar. Concorda quando a Fátima fala em diretrizes e que não deve ser confundido com políticas. Deve-se precaver de instalar políticas e ideais da instituição porque são nocivos para o fazer institucional. É diferente de diretrizes. Política dá o rumo, reforça o ideal de ego.

Lucia manifesta sua preocupação de que 3 meses não sejam suficientes para se definir o caráter do Departamento: ser uma associação de psicanalistas ou um departamento de psicanálise são questões debatidas há muito tempo, já foram testadas para o Curso e talvez exijam mais tempo para serem pro-

cessadas.

Mania levanta o problema dos professores: professor precisa ser membro? Fátima esclarece o vínculo trabalhista do professor com o Sedes e que não são funções coincidentes. Neste sentido deve ser tratado como qualquer candidato. Laurinda entende que o professor deve ter muita afinidade com o projeto do Departamento e o desejo de ser membro.

No fim da reunião, Dodora lembra da próxima Assembléia deliberativa e compõem-se um grupo de trabalho para organizar as propostas a serem votadas.

Em 8 de abril de 1995 a Assembléia geral escolheu a proposta da Fátima com 34 votos. As propostas de Flávio e Laurinda receberam 6 votos cada uma e houveram 4 abstenções.

RESUMO DA PROPOSTA VENCEDORA: Comissão eleita em Assembléia geral que no prazo de 3 meses ficará encarregada de trabalhar sobre a questão da pertinência. Esta comissão recebe propostas e sugestões de todos os membros e tem o compromisso de apresentá-las aos colegas. Seu caráter deve ser o mais democrático possível desencadeando discussões, consultando os setores e elaborando propostas a serem votadas. Após a realização da tarefa a comissão se extingue e se elege uma comissão de admissão.

Eliana Vaz Macia

II - A Reunião Geral do dia 08 de Abril foi convocada para escolha da forma de gestão e modos de pertinência do nosso Departamento. Cada uma das propostas re-

lacionadas com os dois temas (ver nesta edição do Boletim) foram defendidas pelos seus autores e discutidas por todos. Em relação a pertinência decidiu-se pela abertura do Departamento a novos membros por via que não o curso (alunos, professores). Para o estabelecimento de critérios que regerão esta abertura foi eleita uma comissão que terá três meses para realizar o trabalho e apresentá-lo para votação numa Assembléia a ser convocada com este objetivo.

Esta comissão (Cristina, Fátima, Giovana, Mara, Maria Beatriz, Mario, Rubia N.) estará recebendo novas propostas e terá caráter provisório, isto é, se dissolverá após a realização da votação. Os membros terão acesso ao material produzido pela comissão e a eventuais novas propostas individuais encaminhadas, antes da Assembléia.

Laurinda ao defender sua proposta da pertinência insiste que os critérios a serem escolhidos deverão ser encarados como passíveis de mudança depois de um período de experiência e avaliação.

Ao apresentar sua proposta de gestão Fátima considera importante criar uma estrutura que não dependa tanto das pessoas individualmente, como tem acontecido; deve, segundo ela, haver uma delegação de poderes para o CCG, mas com instrumentos bem definidos, isto é, deve haver uma regulamentação e parâmetros claros. Pondera que na estrutura atual a comissão fica envolvida com questões de abrangência grande demais.

Dodora e Renato defendem, via sua proposta, o interesse de se levar em conta o con-

junto do Departamento: a forma atual, segundo eles, funciona como uma federação de setores; propõem que se evite particularismo dos Setores. Sem retirar o papel decisório da Assembléia, sugerem uma mudança na estrutura política; na forma atual as gestões sofrem desgaste excessivo. A assembléia discute longamente o item da especialização das funções contida nesta proposta.

Mania argumenta a favor de sua proposta indicando que ela resolveria impasses contidos nas outras duas.

Concluiu-se durante as discussões que o Departamento não tem uma política claramente definida. Embora, como sugeriu Isabel V., em cada proposta está implicada uma política e elas não estariam suficientemente explicitadas. Por outro lado, como lembrou Cleide, há que se implementar uma política para se saber qual é.

Dado o impasse Renato convida os autores das propostas a se reunirem para estudar os pontos comuns e criar opções para votação. Este grupo estará recebendo novas sugestões.

Houve sem dúvida grande dificuldade dos que estavam ali presentes em decidir por uma das três propostas.

Cleide foi muito feliz quando lembrou que o estatuto vigente garante a qualquer grupo do Departamento solicitar uma Assembléia quando insatisfeito com o andamento da Coordenação.

E. W.

CONGRESSO INTERNO

Propostas

I - Quem e Como Ser Membro do Departamento de Psicanálise?

Retomando a questão de quem é membro do Departamento de Psicanálise, propus-me a destacar algumas discussões já realizadas desde o ano de 1980. Evidentemente as falas inserem-se numa discussão mais ampla referente aos momentos históricos de implantação deste Departamento. Este "destaque" não pretende abolir a necessidade e a pertinência dessa contextualização.

Este texto é um prosseguimento do "Historicizando" poster apresentado no primeiro congresso interno.

1. O ante-projeto do Departamento escrito em 1980 por uma comissão de professores, não fala explicitamente em Mem-

bro mas as únicas categorias nomeadas nas atividades propostas são as de professores e alunos.

2. Em 1983, num documento das reuniões em que se discutia a criação do Departamento, Regina dizia: "uma vez constituído o Departamento, ele passa a ser o conjunto mais extenso e o curso passa a ser o subconjunto. Os indivíduos pertencem ao Departamento e, depois, podem fazer ou não o curso parece-nos, também, importante que todos os membros desse departamento, sejam eles os que se tem chamado docentes, alunos, ex-alunos e outros, passem a ter idêntica condição no que diz respeito à participação em órgãos eletivos, sugestões, propostas, e que todos recebam a designação de Membros do Departamento."

3. Em 1984, Regina marcava, em diferentes reuniões, a idéia de que o Departamento deveria ser "aberto para as pessoas interessadas em Psicanálise - acessível, portanto, a pessoas de outras formações e instituições."

Renata, ... num texto do mesmo ano, propunha que se considerassem Membros "quaisquer pessoas que atendessem a dois requisitos: estar ou ter estado em análise e ter uma prática psicanalítica. Não se deveria restringir a ter ou não feito o curso porque senão o curso funcionaria como autorizador do Departamento" e, assinalava que a questão dos critérios para decidir que são os membros é complicada.

4. Em 10 de agosto de 1985, numa sistematização das discussões efetuadas pela primeira Comissão que se responsabilizara pela redação dos estatutos, definem-se 4 eixos: Princípios e Finalidades, Membros, Atividades e Formas de Gestão.

Com relação ao item Membros esse documento processa uma integração entre a entrada e o pedido de Pertinência.

"Entendemos que a Pertinência institucional que se pretende neste Departamento não é a Pertinência pela identificação a modelos, mas a Pertinência que só se efetiva e se reconhece pela produção de seus membros." Propõe-se que todos aqueles que desejem participar do Departamento explicitem seu desejo de pertinência e a forma de contribuição, através de um trabalho a ser apresentado para uma comissão eleita com esta função específica. No entanto, como isso não era ainda passível de realização decidiu-se que todos (alunos, ex-alunos e professores) eram membros do Departamento enquanto isso não fosse melhor formulado.

Solicita-se que o pedido seja feito especificando-se qual a proposta de inserção. Sugiriam-se duas categorias de membros: membro aspirante - com direito a votar os estatutos do Departamento e membro efetivo - com direito a voto nas assembleias - a partir da apresentação do trabalho anteriormente formulado.

A curto prazo podem aspirar a ser membros: alunos, ex-alunos e professores. A médio prazo pensar-se-ia em como e para quem abrir o Departamento. Posteriormente é definido um prazo de 2 anos para a abertura do Departamento.

Em relação aos alunos propõe-se que sejam membros somente a partir do segundo ano do Curso, já que o primeiro ano apresenta a especificidade de ser o momento de entrada na instituição com tudo que isso acarreta.

O documento de 29/08/1985, assinala os temas que ficaram em aberto na Assembleia de 10/8:

"a) a proposta da comissão remarcava a pertinência ativa e participante, não uma filiação. Surgiu uma contraproposta que postula a filiação de todos os alunos, professores e ex-alunos que assim o desejem, sem que esta filiação demande uma participação ativa;

b) esta questão da pertinência ativa ou passiva levou a questionar arduamente o princípio que diz: a produção é o princípio fundamental em torno do qual o Departamento deve se organizar ... Foram remarcados os riscos da produção ser entendida como academicista, compulsiva e de ser tomada como produ-

vidade compulsória, o que não estaria de acordo com a idéia de produção proposta e defendida pela comissão em Assembleia. Considerou-se, também, a necessidade de um aprofundamento desta questão;

c) vinculada à questão da pertinência ativa ou passiva e com o eixo da produção, discutiu-se as categorias de membros aspirantes e efetivos conforme proposto no documento. Alguns grupos propuseram a eliminação da diferença entre os membros pelas categorias de aspirante e efetivo. Esta proposta tomou dois rumos: - uma tendência remarcava que o efetivo é o trabalho e não o membro, e a outra, remarcava que o membro seria efetivo por ter pertencido em algum momento ao Curso de Psicanálise do Sedes e desejar um Departamento ao qual vincular-se. Outros grupos concordaram com a proposta do documento quando à diferenciação dos membros nas categorias aspirante e efetivo, fundamentando que esta diferenciação não se pautava por uma fixação de hierarquia mas garantia o princípio fundamental da produção;

d) a partir daí, surge a questão da temporalidade na categoria membro. Foi proposto por alguns que a pertinência ao Departamento deveria ou não ser renovada desde que ela se vinculasse ao trabalho, à produção, à atividade a ser desenvolvida. Sendo coerentes com esta idéia, não haveria membros vitalícios no Departamento;

e) o ponto crucial de quem determina a categoria de membro, quem reconhece, quem avalia, ficou absolutamente sem ser discutido, embora levantado como problemático;

f) surgiu a necessidade de se explicitar melhor o que diz respeito à multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. Uma proposta surgida foi a de que o Departamento já seria implantado como multidisciplinar desde que o projeto de produção de profissionais de outras áreas fosse consoante com o Departamento de Psicanálise. Outra, foi de que o Departamento ficasse, num primeiro momento, restringido a alunos, ex-alunos e professores do Curso, fundamentada pelos limites organizativos deste momento inicial de implantação. O documento diz: A médio prazo pensaríamos para quem e como abrir o Departamento. Eis aqui uma grande questão a ser debatida - qual a abrangência da multidisciplinaridade?"

Na Jornada de 21/9/1985 é decidido que:

a) até a votação dos estatutos os que po-

dem apresentar pedidos de pertinência são alunos, ex-alunos e professores;

b) a partir da experiência de funcionamento de 1986 serão redigidos os estatutos de um Departamento aberto a outros interessados que não tenham passado pelo Curso psicanalistas ou outros profissionais de outras áreas de conhecimento.

Ainda nesse ano, um documento da Comissão Coordenadora Geral, define como uma das funções da Comissão "o desligamento dos membros que não estivessem compatíveis com os princípios do Departamento, entendendo por isso, neste momento, a ausência sistemática do membro nas atividades de pertinência durante três meses seguidos, contados a partir de março de 1986". Durante este intervalo de dezembro a março, a comissão receberá dos setores a lista dos membros participantes até o momento, para poder convocar os membros ainda não engajados solicitando seu engajamento ou a explicação de seu desligamento. Dizia também que era função da comissão garantir a elaboração dos estatutos a serem apresentados no final de 1986 para votação em Assembleia.

5. A jornada de 24.4.1986 terminou a votação do Regulamento Interno e o comunicado dessa votação dizia o seguinte:

"Durante o ano de 1986 começaremos por aceitar como membros - alunos, ex-alunos e professores do Curso, com a perspectiva de abrir futuramente o Departamento para profissionais que não preencham essas exigências. A possibilidade de continuar conservando a categoria de Membro vai depender de participação ativa e produção em alguma atividade; não se tratará de uma simples filiação."

Em 19.11.1986, numa ata de reunião da Comissão Coordenadora Geral ressurgiu a pergunta: os alunos já pertencem ao Departamento?

Na proposta do Regulamento Interno apresentada em dezembro de 1986 conclui-se: "pode-se propor como membro todo e qualquer aluno, ex-aluno e professor do curso. O proponente deve encaminhar por escrito à Comissão Coordenadora Geral o seu pedido de pertinência. Nesse pedido deve constar a atividade a que deseja vincular-se. Essa vinculação é entendida como compromisso com a produção do saber psicanalítico e com a produção do Departamento."

6. Na avaliação da Comissão Coordenadora Geral de 1986, realizada em 27.03.1987, assinalava-se que não se

processou a passagem do Regulamento Interno para a sua forma mais definitiva. Ainda em 1987, retoma-se a pergunta: é possível a entrada de profissionais de outras áreas? A resposta é que não. Propõe-se diferenciar os membros por produção e filiação e isso não é aprovado em Assembléia.

7. Em 1990 surgem as seguintes falas no Boletim:

Quem é membro? Quais seus direitos e obrigações? Qual a possibilidade de existir diferentes categorias de membros?

Reccio que estas duas categorias de membros (efetivo e passivo) possam se constituir numa hierarquia e petrificação;

Na Assembléia desse ano aparece a discussão sobre a possibilidade de aceitar no Departamento analistas que não são e nem foram do Curso.

8. Em 1992/1993, alunos que não concluíram o Curso querem pertencer ao Departamento. Sugere-se fazer uma entrevista com um membro da Comissão Coordenadora Geral e questiona-se o poder da Comissão de se ocupar desta função que não é estatutária.

9. No Primeiro Congresso Interno, realizado em 1994, surgem algumas questões:

O aluno que entra para o Curso, entra para o Departamento? Deveria haver uma passagem?

Somos Departamento de que? De Psicanalistas?

Surgem propostas de diferentes categorias de membros - aspirante/temporário; aspirante/efetivo.

É de que a entrada no Departamento passe por uma comissão que decida ou não pela entrada segundo critérios previamente estabelecidos.

É de que os setores sugiram critérios de reconhecimento para a entrada no Departamento;

Que só no terceiro ano o aluno possa fazer seu pedido de pertinência;

Que os que vêm de fora também só se tornem efetivos depois de dois anos.

Na segunda etapa do Congresso, "propõe-se diferentes níveis de pedidos de pertinência cuja nomenclatura exposta abaixo é provisória:

a) Membro observador: caso haja aprovação da entrada de alunos no Departamento, concomitantemente à entrada no Curso. Estes observariam as várias atividades no Departamento, podendo participar delas nesta condição;

b) Membro iniciante: Qualquer pessoa cuja entrada fosse aprovada a partir de

um simples pedido de pertinência;

c) Membro efetivo: Após alguns anos de participação nas atividades do Departamento. Neste nível o pedido de pertinência implicaria um comprometimento maior. Levantou-se duas possibilidades para esse pedido de pertinência: trabalho escrito ou entrevistas que visariam uma elaboração da própria história como analista e da história da instituição, ou seja, do Departamento;

d) Membro participante: seria o membro que quisesse participar das atividades do Departamento de maneira receptiva e não ativa.

Propõe-se a abertura para a entrada de novos membros que não sejam alunos, ex-alunos e professores."

MINHA PROPOSTA:

Retomo a proposta apresentada no Primeiro Congresso Interno com algumas alterações:

A) O DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE DO INSTITUTO "SEDES SAPIENTIAE" É O LUGAR DE REFERÊNCIA;

B) HAVERÁ DUAS CATEGORIAS DE MEMBROS - MEMBROS PARTICIPANTES E MEMBROS EFETIVOS;

1. O MEMBRO PARTICIPANTE ENTRARÁ NO DEPARTAMENTO ATRAVÉS DE UM PEDIDO DE PERTINÊNCIA, ENCAMINHADO A UMA COMISSÃO CONSTITUÍDA COM A FUNÇÃO DE "TRABALHAR" JUNTO COM O ANALISTA SOLICITANTE O SEU PEDIDO;

2. DEPOIS DE DOIS ANOS (OU MAIS TARDE), É POSSÍVEL SOLICITAR A PERTINÊNCIA COMO MEMBRO EFETIVO, SEGUINDO-SE O MESMO PROCESSO DO ÍTEM 1. PODE-SE PENSAR TAMBÉM NA APRESENTAÇÃO DE UM TRABALHO PESSOAL (NO ESPAÇO ABERTO?);

3. OS DOIS ANOS INICIAIS SÃO PENSADOS COMO UM TEMPO NECESSÁRIO PARA O RECONHECIMENTO E APROPRIAÇÃO DO QUE SE PASSA NO DEPARTAMENTO, E PARA A ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA PRÓPRIA DE VINCULAÇÃO A SER "ANALISADA" QUANDO DA SOLICITAÇÃO DA PERTINÊNCIA COMO MEMBRO EFETIVO.

Resgato que é fundamental que se reinvesta o lugar do pedido de pertinência como manifestação desejante da continuidade da formação e também como implicação no trabalho de construção do Departamento.

Que as propostas possam ser discutidas, processadas e implantadas por um tempo para depois serem reavaliadas.

Que os critérios de entrada sejam levantados e discutidos em todos os setores do Departamento e sistematizados por uma comissão eleita com essa finalidade. Essa comissão terá também a atribuição de, durante um ano, receber e processar os pedidos de pertinência.

Sugiro que os membros atuais do Departamento sejam considerados membros participantes e façam seu pedido de pertinência como membros efetivos quando julgarem oportuno.

São Paulo, 24/3/1995

Maria Laurinda Ribeiro de Souza.

II - Proposta de Mudança do Estatuto do Departamento de Psicanálise

Proposta 1:

Define três categorias de membro do Departamento: Membro-Efetivo, Membro-Aluno e Membro-Convitado

1 - Formas de entrada e pertinência ao Departamento:

1. O único mecanismo ordinário de entrada no Departamento como Membro-Efetivo consiste no pedido de pertinência à Comissão Coordenadora Geral (C.C.G.) feito por ex-aluno que conclui regularmente o Curso de Psicanálise;

2. O Aluno regularmente matriculado no Curso de Psicanálise pode pedir seu ingresso no Departamento na qualidade de Membro-Aluno, tendo sua condição alterada para Membro-Efetivo assim que comprovar o término do Curso;

a: O Membro-Aluno que por qualquer razão se afastar do curso será desligado dos quadros do Departamento;

b: O membro-aluno que tiver sua matrícula trancada por mais de 1 ano será desligado, somente podendo requerer sua religação ao voltar para o Curso;

3. O Departamento poderá ter em seus quadros também Membros-Convitados, isto é, que não sejam ex-alunos formados pelo Curso de Psicanálise. Para o ingresso nesta categoria, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

a. o candidato a Membro-Convitado deverá ser alguém de notório saber, indicado à C.C.G. por pelos menos 5 Membros-Efetivos;

b. o pedido de pertinência será examinado pela Comissão de Pertinência (C.P.), e o candidato será aceito se contar com 2/3 de votos favoráveis desta Comissão;

c. a decisão favorável da C.P. poderá ser alterada pela C.C.G.; já a decisão negativa da C.P. é soberana, não poden-

do ser contestada pela C.C.G.;

- d. no caso de um pedido de pertinência ser negado, quer seja pela C.P. ou pela C.C.G., um novo pedido somente poderá ser apresentado à C.C.G. após decorrido um ano da primeira apresentação;
 - e. o membro aceito como convidado terá as mesmas prerrogativas do Membro-Efetivo.
4. o Membro do Departamento, de qualquer categoria, que não estiver em dia com sua anuidade e não regularizar sua situação após aviso da C.C.G. será desligado dos quadros;
 5. É prerrogativa exclusiva do Membro-Efetivo (votar) e ser votado para a C.C.G. e para a C.P., sendo que para pertencer a esta última ele deverá ser Membro (de qualquer categoria) há pelo menos 2 anos.
 6. O Membro-Aluno terá direito a voto na Assembléia Geral, pode participar dos Setores e inclusive ser o seu representante no Conselho Consultivo (C.C.)

Proposta 2:

Regulamenta a criação e as atribuições da Comissão de Pertinência

II. A Comissão de Pertinência (C.P.):

1. Tem por função o exame dos pedidos de pertinência dos candidatos a Membro-Convidado;
2. Compõe-se de 5 membros titulares, que devem ser Membros do Departamento há pelo menos 2 anos, eleitos na mesma Assembléia Geral que elege a C.C.G.;
3. Tem seu mandato coincidente com o da C.C.G.;
4. Tem 5 membros suplentes, igualmente Membros-Efetivos que sejam membros do Departamento há pelo menos 2 anos, vinculados individualmente a cada titular e igualmente eleitos na mesma Assembléia, que deverão substituir os titulares em caso de impedimento ético ou de qualquer outra natureza;
5. Possui caráter consultivo, tendo seus pareceres sujeitos à ratificação da C.C.G., exceto no caso de veto a um pedido de pertinência;
6. Deve reunir-se a cada vez que houver um pedido de ingresso de Membro-Convidado, tendo o prazo de 1 mês, a contar da data de sua convocação pela C.C.G., para emitir seu parecer;
7. Só poderá emitir parecer com a presença de 5 membros votantes, sejam eles titulares ou suplentes;
8. Funcionará extraordinariamente como Comitê de Ética do Departamento, podendo inclusive sugerir o desligamento de Membro à C.C.G.;

Disposição transitória: A primeira C.P. a ser eleita deverá examinar a situação de todos os membros do Departamento admitidos por via extraordinária (isto é, que não são ex-alunos formados pelo Curso e nem alunos regularmente matriculados) nos últimos 2 anos, a fim de verificar se eles preenchem os requisitos necessários à reafirmação de sua condição de Membro.

Proposta 3:

Cria o Setor de Comunicação, constituído pelo Boletim, que passa a ter todas as atribuições e prerrogativas de Setor

Proposta 4:

Convoca todos os Setores a formular, no prazo de 1 mês após a aprovação do novo estatuto, uma proposta de estatuto interno, que contemple os itens: atribuições do Setor, forma de gestão, critério de seleção de membros e o que mais julgar necessário. A proposta apresentada deverá ser submetida à C.C.G. para aprovação definitiva.

Proposta 5:

Cria o Conselho Consultivo (C.C.), composto por 1 representante de cada Setor, que funcionará como Conselho de apoio à C.C.G., sendo por ela convocado periodicamente;

Proposta 6:

Estabelece que cada Setor eleja o seu Coordenador, a fim de agilizar os trâmites entre os setores e a C.C.G.

Flávio Carvalho Ferraz

III - PROPOSTA para o Departamento

- (1) Manutenção de forma de Gestão VI-GENTE no Departamento, ou seja:
 - a. Representantes por Setor (1)
 - b. Representantes da Assembléia(3)
- (2) Definição das tarefas da Comissão Coordenadora Geral

TAREFAS: a Comissão Coordenadora Geral tem função executiva e elaborativa (coordenar) e não deverá ter função DELIBERATIVA.

A função DELIBERATIVA é atribuição DE TODOS OS MEMBROS DO DEPARTAMENTO. A Assembléia Geral, ordinária e extraordinária no/do Departamento é APENAS um dispositivo para tomar/possibilitar, eficiência e eficácia na função de deliberar que é atribuição inalienável dos participantes de qualquer instituição que se pretenda democrática. Pode-se criar outros dispositivos mais ágeis para possibilitar o exercício eficaz da função deliberativa de todos os membros.

Cabe ressaltar que o dispositivo ASSEMBLÉIA é universalmente considerado o

mais democrático pois implica na participação - senão da totalidade, pelo menos da maioria de/em CORPO PRESENTE dos participantes. Se supõe que estar presente (com seu corpo e com sua palavra) IMPLIQUE suficientemente os envolvidos no(s) processo(s).

Proponho que:

- (1) Se hierarquize as prioridades que requerem 'DELIBERAÇÃO EM REGIME DE ASSEMBLÉIA'; conseqüentemente, que se discrimine as pautas/questions que podem/possam ser deliberadas através de outros dispositivos (consultas aos setores, consultas e votação por escrito para membros não engajados em atividades específica de/em setores. Outros dispositivos poderão ser criados).
- (2) Que o processo de decisão entre o que deve ser deliberado em Assembléia e o que pode ser deliberado por outros canais se dê em Assembléia.
- (3) Que a hierarquização dos assuntos seja objeto de um trabalho realizado por uma comissão, escolhida em Assembléia. O produto desse processo deverá compor um REGULAMENTO do Departamento.

Obs.:

O Departamento não tem REGULAMENTO; por enquanto, tem apenas ESTATUTOS.

(3) Relativo ao quesito Membros, proponho:

- (1) que o Departamento efetive sua proposta original - que se abra para a comunidade psicanalítica ou seja: a modalidade vigente para a inserção de alguém enquanto membro do Departamento requer que o interessado seja ou tenha sido aluno do Curso de Psicanálise (setor do Departamento e Curso regular do Instituto Sedes portanto, aberto a comunidade); também podem - ou, devem? - inserir-se como membros de Departamento, os professores contratados pelo/para o Curso (para ser professor contratado pelo Sedes, para o Curso não há necessidade de ter sido aluno do Curso). A conseqüência dessa modalidade é que a única via de acesso ao Departamento, é através do Curso. Penso que não é necessariamente nem a melhor nem a única modalidade possível para a inserção de novos membros. Acresce a desvantagem historicamente reconhecível de "fixar" posições identificatórias [alunos/ex-alunos/professor] que, em minha opinião dificultam a criação de um espaço livre e suficiente para a interlocução que a Psicanálise requer.

ENTÃO:

- (1) Abertura do Departamento à comunidade psicanalítica

1.a: com vistas à inserção de novos membros

1.b: em direção a uma circulação maior e presença mais atuante no movimento psicanalítico internacional

Para 1.a:

Proponho a criação de uma comissão provisória (com prazo definido para seus trabalhos). Sua função seria a de: levantar critérios para o estabelecimento de uma "política de inserção" ou, seja: admissão, modos de pertinência, direitos e deveres dos membros com relação ao Departamento, motivos para eventuais desligamentos que forem necessários.

Essa comissão deveria, junto à Comissão Coordenadora Geral, possibilitar as condições de divulgação, discussão, aprimoramento e deliberação sobre tais critérios. Os critérios e diretrizes da política de inserção no Departamento deveriam se constituir então em REGULAMENTOS que norteariam a entrada de qualquer candidato oriundo da comunidade em geral para sua requisição (pedido de pertinência) de entrada no Departamento através de qualquer um de seus setores ou através da participação enquanto membro não-engajado em Setor. No segundo caso, a requisição deveria ou poderia ser dirigida diretamente à Comissão Coordenadora Geral. A comissão provisória para definição de uma política de inserção deveria ser composta por: quaisquer membros do Departamento que assim o queiram; a comissão deveria ter definido um prazo de trabalho e deveria ser dissolvida após ter concluído esse trabalho.

Para 1.b:

"em direção a uma circulação maior e presença mais atuante no movimento psicanalítico internacional".

Considero que em relação a esse ítem, se trata de explicitar e enfatizar nossas práticas relativas à inserção do Departamento (enquanto projetos, trabalhos, produtos) no movimento psicanalítico internacional. E ainda, promover novas circunstâncias. E ainda, promover novas circunstâncias que encaminhem em direção a maior abertura. Penso então que 4 diretrizes para coordenar o Departamento precisam ser explicitadas e abordadas junto aos membros para aprovação e/ou retificações necessárias:

Quatro diretrizes para um programa de Gestão do Departamento, balizadoras das ações, necessárias para coordená-lo:

(1) Política Científica.

(2) Política de inserção de membros no Departamento.

(3) Política de inserção do Departamento no movimento psicanalítico internacional.

(4) Política administrativa (financeira e gerencial).

Sem mais para o momento.

María de Fátima Vicente

IV - Proposta de Representação

No caso da eleição pelo sistema de chapas, se uma ou mais chapas receberem uma porcentagem igual ou superior a 30% dos votos, terão direito a serem representadas por 1/3 das vagas da Comissão Coordenadora Geral.

Mario Pablo Fuks

V - Esboço de Proposta Para Forma de Gestão do Departamento de Psicanálise

O Balanço de final de Gestão da Comissão Coordenadora Geral 91/92 apresentado aos membros do Departamento de Psicanálise em março de 1993 trazia, após longa e exaustiva análise de várias questões, uma contribuição e uma sugestão inovadora no tocante às possibilidades de gestão: eleições por chapas.

Naquele mesmo documento especificava-se minuciosamente em que o Departamento se beneficiaria de tal proposta: basicamente do fato da chapa poder explicitar projetos, programas políticos e metas de ação para um período de trabalho.

De lá pra cá, através do Congresso Interno gerido pela atual comissão Coordenadora Geral (CCG) e da última Assembléia de 16/11/94 parece-nos que andamos bastante. Embora esta tenha se encerrado sem que tivéssemos tido condições de deliberar sobre mudanças nas formas de gestão, parece-nos que a necessidade de um projeto/programa prévio de ação, seja ele mínimo ou mais abrangente, se tornou uma idéia compartilhada por um número razoável de membros do Departamento. Havia também pessoas que defendiam a escolha da coordenação por nomes, com funções previamente determinadas. Porém, no que diz respeito àqueles que defendiam algo diferente da escolha de nomes, focando a questão na necessidade de um programa de trabalho divulgado anteriormente, a questão central a ser melhor explicitada ficou sendo: por que "Chapa" ou colegiado para a coordenação? Não seria isso, segundo o que se explicitou na hora e ato da Assembléia de 16/11, uma transposição de modelos da esfera político-partidária vigente na sociedade brasileira - para a condução de nossa singular

forma de organização e produção?

O Departamento comportaria divergências tão claras, capazes de se fazerem representar por agrupamentos em torno de pressupostos não explícitos até o momento?

Existiria um número de membros realmente interessados em compor um programa e se lançar candidato à coordenação Departamento?

Devemos continuar nos concebendo enquanto um Departamento? Que implicações isto tem? Que diferenças estão em jogo em concepções tipo: Departamento de Psicanálise ou Associação de Psicanalistas?

O que pensar de um Departamento que continua excessivamente departamentalizado e, ao mesmo tempo, centralizado no curso de Psicanálise - única via de acesso ao Departamento?

O que fazer para ampliarmos o nosso circuito de pares, incluindo pessoa com quem claramente somos afins e que poderiam compor conosco em perspectivas e em trabalho?

Questões como estas merecem considerações a partir das quais chegamos à conclusão que se faz necessário, hoje, um deslocamento da questão "para que chapas?" para "como chapa?" Importante sublinhar aqui que "chapas", para nós que estivemos fazendo parte da CCG gestão 91/92 onde pela primeira vez aventou-se isso como possibilidade de forma de gestão, tem significado sempre um programa de ação para um biênio de atividades, levado à frente por um número de membros com alguma afinidade e reconhecimento mútuo em termos de potencial de trabalho bem como de "jeitos de trabalhar, previamente à composição da coordenação, um programa amplamente divulgado e debatido, portanto, escolhido de maneira qualitativamente diferente do modo escolha atual.

O deslocamento da questão "porque chapas?" para "como chapas?" está então calcado sobre nossas condições atuais de ação e organização.

Conseguimos, até o momento, sermos Setores em torno de atividades importantes e abrangentes, enformadas por políticas cuja explicitação consegue ser clara, apenas para os membros do Setor em questão.

Dentre todos os Setores, a CCG acaba funcionando como um Setor a mais, que tem, como atividade, dar conta de questões administrativo-financeiras e político-institucionais (relação do Departamento com outras instituições, dificuldades dos diferentes Setores) com uma sintonia que muitas vezes vem a acontecer somente após meses de trabalho porque os membros escolhidos em assembléia por indicação, ou nunca trabalharam antes juntos ou nem mesmo se co-

nheciam previamente.

Organizados em Setores razoavelmente estanques, com dificuldades de interlocução para além das informações genéricas sobre os trabalhos em andamento porém, implementando políticas de diferentes ordens: uma política de Saúde Mental (via Setor Saúde Mental e Instituições, via grupo clínica), uma política financeira (via CCG), uma política de inserção de membros (via Curso), enfim exercendo-se enquanto um verdadeiro polo de formação e influência no movimento psicanalítico nacional; eis um quadro que a nosso ver justifica a necessidade de cumprirmos uma etapa importante, anteriormente à escolha de uma ou outra forma de gestão, dentre elas a que defendemos: eleições por chapas.

Este quadro de razoável compartimentalização, justificou até o momento uma gestão por somatória de membros representantes de Setores e autônomos.

Hoje podemos nos proporcionar algo além disso.

A etapa necessária para tal seria uma coleta das diretrizes em andamento nos diferentes setores, condição de possibilidades de "visualização" de um "todo" e do assinalamento de metas a médio e longo prazos constitutivos de um programa de ação futuro.

Para cumprirmos esta etapa propomos a formação de uma comissão de 5 membros, escolhidos em Assembléia, - não representantes de Setores - que teriam como função específica:

I - Consultar / analisar documentos internos dos Setores

II - Entrevistar membros dos Setores no sentido de captar suas concepções a respeito do trabalho que o Setor vem desenvolvendo e do trabalho que os seus membros desejariam que se viesse a desenvolver.

III - Participar de algumas reuniões rotineiras de Setor.

Propor uma reunião do Setor com uma pauta específica:

a) O que o Setor faz?

b) Como tem realizado seu trabalho?

c) Quais as metas a serem alcançadas?

IV - Rascunhar um texto que dê visibilidade a estas formas de ação internas.

V - Divulgar este texto junto a todos os membros do Setor em questão para avaliação de abrangência, pertinência, etc...

VI - Elaborar um texto final a partir dos vários textos (dos Setores), sistematizando nossas diretrizes.

Estes 5 membros teriam um ano para desenvolver este trabalho, tempo em que teríamos um gestão do Departamento executada por outros 5 (ou mais) membros; os 10 (ou mais) seriam escolhidos em abril, ainda nos velhos moldes: nomes, em assembléia.

Durante estes 10 anos de existência muito bem: os Setores solidários com a carta de princípios do Sedes e com sua tarefa específica vem desenvolvendo seus projetos de ação de forma autônoma tanto no interior da Instituição Sedes quanto no exterior, no campo mais amplo da Psicanálise; algo mais, é possível e desejável a partir de agora: que compartilhemos melhor nossas expectativas mais abrangentes, palpitando, visualizando princípios de ação, questionando-nos sobre os nossos pressupostos, colocando-os para trabalhar num universo um pouco mais abrangente.

Um programa de ação, ou vários, uma chapa, ou várias, seriam possíveis uma vez cumprida esta etapa.

Cleuzi Pavan
Mania S. Deweik

VI - Proposta Sobre Forma de Gestão Para o Departamento

I - JUSTIFICAÇÃO

A estrutura política explícita do Departamento repousa atualmente sobre dois órgãos: a Assembléia Geral e a Comissão Coordenadora Geral (CCG) eleita pela Assembléia. Na medida em que a Assembléia Geral compõe-se do conjunto de todos os membros do Departamento (ainda que na prática nem todos compareçam para deliberar e votar), ela é o órgão máximo do poder no Departamento, e nossa proposta não altera este ponto. Consideramos que a Assembléia Geral deve continuar a ser o foro democrático que vem sendo, no qual o poder está efetivamente em jogo, sendo atribuído aqueles que forem eleitos para as diversas funções, em nome e por delegações de todos os membros do Departamento. Esta delegação é a fonte da legitimidade, da autoridade e da responsabilidade dos ocupantes por definição transitórios - dos diversos cargos eletivos.

Quanto à CCG, ela se compõe de um representante por setor e de três "autônomos", além dos suplentes. Não importa que, nesta gestão, não se tenham preenchido todos os cargos-eles estão configurados de maneira a assegurar e representação de cada setor no órgão executivo do Departamento. O papel dos autônomos é menos claro, mas torna-se significativo se o contrapomos ao dos representantes de setor. Com efeito, representar um setor significa defender seus interesses, entre os quais está o de ser informado de e poder influir em decisões que afetam suas atividades, suas prioridades, etc. O representante de Setor é um funcionário do particular, e uma CCG composta apenas por representantes de setores correria o risco - este parece ter sido o pensamen-

to, explícito ou não, dos que aprovaram atual regulamento - de permanecer no plano do particular, fazendo do Departamento que então se organizava uma federação ou um arquipélago de Setores. A instituição dos autônomos na CCG parece assim ser consequência da intenção de equilibrar o possível predomínio dos particulares com a presença de membros não diretamente representativos de um setor: eles seriam, poderíamos dizer, veículos da "vontade geral", do Departamento como um todo, para além do horizonte específico de cada Setor.

Ao longo de diversas gestões, porém, verificou-se que este modelo não contemplava um fato decisivo: uma vez eleita, a CCG precisava preencher uma função **diretiva** e não apenas **representativa**. A implantação do modelo representantes - autônomos simplesmente não correspondeu ao efetivo funcionamento do Departamento, ao seu crescimento e à crescente variedade das suas atividades. Ao invés de ter sido um órgão solicitado constantemente a mediar entre os particulares em nome do interesse geral, o que a CCG precisou fazer foi constituir-se, a cada gestão, num grupo operacionalmente eficaz, voltado para questões de ordem geral, mesmo quando o assunto em pauta nas suas reuniões fosse pertinente a um dado setor. Colegas de várias gestões descrevem as dificuldades que encontraram nesta passagem entre aquilo para o que se julgavam escolhidos e aquilo que efetivamente precisava ser decidido pela CCG, bem como as dificuldades para se constituírem em um grupo realmente orgânico e operativo. Isto porque, como mostrou a prática, a função essencial da CCG é de natureza **diretiva** e não apenas **representativa**. Cabe-lhe formular políticas, tomar decisões, administrar recursos, estabelecer prioridades.

Um exemplo entre muitos da necessidade e da utilidade desta função diretiva nos é oferecido pela convocação do Congresso Interno e pelos efeitos benéficos por ele gerados para o Departamento como um todo. Neste caso, a CCG funcionou menos como órgão de representação de setores e mais como pólo de formulação/condução de uma política global.

É sobre esta análise que repousa nossa proposta para modificar o sistema de gestão no Departamento.

II - PROPOSTA

Sugerimos a reformulação da CCG, mantendo a Assembléia com as mesmas funções que tem hoje, inclusive a de aprovar por maioria simples dos presentes as matérias em deliberação. Esta reformulação consiste em especificar suas funções da seguinte maneira:

- 1) uma Coordenação Geral
- 2) um colegiado de representantes de Setor.

A Comissão Coordenadora seria composta por quatro cargos, com áreas definidas de atribuições: um coordenador geral, um secretário, um tesoureiro e um coordenador de atividades científicas. Caberiam respectivamente a cada um destes cargos:

a) Coordenador Geral

- exercer a direção da Comissão Coordenadora, presidindo suas reuniões;
- representar o Departamento junto ao Sedes e frente a outras instituições;
- convocar e coordenar as Assembleias do Departamento e outras reuniões gerais;
- coordenar as reuniões da Comissão que preside com o Colegiado de Setores.

b) Secretário

- redigir as atas das reuniões da Comissão Coordenadora, das Assembleias e das reuniões Comissão/Colegiado;
- coordenar as atividades de secretaria do Departamento (correspondência, organização geral, cadastro de membros, etc.) em estreito relacionamento com a secretária administrativa, evitando a sobrecarga desta através de solicitações não coordenadas, como ocorre atualmente;
- coordenar a convocação e o funcionamento das assembleias.

c) Tesoureiro

- traçar as diretrizes financeiras do Departamento, ouvidos os setores;
- responsabilizar-se pela captação de recursos, especialmente as semestralidades dos membros;

- redigir as comunicações específicas desta área;
- preparar balancetes e balanços da situação financeira;
- autorizar despesas, controlar as contas bancárias, etc.

d) Coordenador de Atividades Científicas

- estruturar um setor de discussões sobre Psicanálise no Departamento; isto é, organizar a apresentação, em estreito contato com os diversos setores;
- elaborar um calendário anual com a programação científica do Departamento;
- propor a participação do Departamento, através dos membros que assim o desejarem, em atividades e eventos promovidos por outras instituições.

Estas tarefas e atribuições são aqui apresentadas de modo esquemático: a prática se encarregará de sugerir outras, ou de eliminar algumas. A Comissão Coordenadora teria reuniões periódicas e frequentes, para desincumbir-se de seus encargos. A Comissão seria eleita pela Assembleia, a qual escolheria os ocupantes de cada cargo entre os que se apresentarem para tanto. Em gestões futuras, os pretendentes a cada cargo anunciariam com antecedência os seus nomes, eventualmente em forma de uma chapa, e o Secretário faria saber a todos os membros quem se propõe para cada função, conforme um regulamento elaborado para as eleições.

O Colegiado de Setores seria composto por um representante de cada setor. Sua função seria a de um "fórum dos setores", e os representantes seriam indicados por cada setor, cabendo à Assembleia ratificar ou

não o nome indicado. (Este ponto pode ser decidido também conferindo aos setores poderes totais para indicar seu representante, sem interferência ativa da Assembleia: cabe-nos deliberar e escolher esta ou aquela fórmula). O Colegiado se reuniria periodicamente com a Comissão Coordenadora para tratar das questões de articulação entre os setores, divulgação das propostas de cada setor, formando uma "Comissão ampliada" sempre que necessário. Somente a prática poderá mostrar qual a frequência ideal destas reuniões e que tipo de problemas elas seriam adequadas para resolver. Nossa proposta, visando criar condições para um melhor funcionamento do órgão diretivo, quer fixar o princípio de que as funções executivas (Comissão Coordenadora) e a representação de setores têm, cada qual, sua especificidade.

Caso seja aprovada esta proposta, sugerimos que ela vigore em princípio por duas gestões, sendo eventualmente avaliada e modificada após este período. Pensamos que uma mudança deste quilate necessita tempo para ser absorvida e para mostrar as vantagens reais de sua implantação. Propomos que esta modalidade de gestão seja votada no próximo encontro do Departamento em 08/04/95 e, caso aprovada, vigore já para a próxima gestão, sendo escolhidos no dia 29 de abril de 1995 os integrantes da Comissão e do Colegiado. Sugerimos que a votação seja secreta, em cédulas pré-impressas contendo a discriminação por cargos, sendo a apuração dos eleitos realizada imediatamente após a eleição.

*Maria Auxiliadora de Almeida Cunha
Arantes
Renato Mesan*

PONTO DE VISTA

Uma questão de palavras

"Em outras palavras, cada novo início é, segundo sua natureza, um milagre, quando visto e experimentado da perspectiva dos processos que ele necessariamente interrompe"(1)

Das recentes discussões no Departamento, especialmente às relativas a forma de gestão, restaram-me inquietações que busquei trabalhar. É uma parte desse trabalho que gostaria de transmitir com este texto, como uma possibilidade de tornar tal produção uma questão pública, retirando-a assim do âmbito de um pensamento privado que - ainda que interessante e entusiasmante para

mim - não vai além do particular e serve muito pouco à elaboração conjunta e consequente interlocução que, uma instituição como a nossa, tem por - um dos objetos - propiciar.

O ponto específico, a partir do qual as discussões me demandaram um trabalho, refere-se ao questionamento que se colocou quanto à pertinência e talvez quanto à legitimidade da INCLUSÃO da dimensão política no âmbito da instituição psicanalítica. Também se colocaram outras objeções, relativas particularmente à modalidade da "forma de gestão" do Departamento, defen-

dida por mim através de proposta apresentada à Assembleia.

Esta proposta suficientemente detalhada nos documentos que subsidiaram as discussões basicamente mantinha a forma de gestão vigente.

Tal manutenção foi questionada enquanto índice de um "modo de funcionamento" ultrapassado; em decorrência da avaliação desse já passado, foi entendida como uma forma de gestão que traria sempre o risco de uma anarquia; de um desgoverno...

Se uma primeira objeção se referia ao risco da inclusão do político, a segunda pareceria indicar o desejo de se afastar uma certa

modalidade, antiga, de fazer política. Em contraposição à proposta de manutenção da forma de gestão vigente, os argumentos contrários sustentavam que no momento atual do Departamento se trataria de implementar uma forma de gestão de caráter diretivo e sem conotação política; direção com funções gerenciais cujas finalidades fossem possibilitar ao Departamento maior eficácia, maior racionalidade e maior qualidade.

O que pretendo destacar quanto a essa discussão é o fio que, ao meu entender, articula com coerência argumentos aparentemente díspares. Sublinhando que ao destacar tal fio, minha preocupação é a de iniciar as condições para problematizar essa situação. Penso que o que articula coerentemente tais argumentos é a proposição de que se substitua a dimensão política da realidade pela dimensão administrativa, gerencial, supostamente a-política.

Avalio que tal proposição não foi inventada originalmente por nós, no Departamento;

creio ser possível reconhecer tal substituição já em operação, no âmbito do mundo. Se penso que se faz necessário abrir agora a questão para além da nossa imediata realidade institucional é porque, longe de considerar tal realidade prosaica, penso reconhecer em nossos problemas e embates atuais um enraizamento em terreno mais abrangente.

O predomínio da atitude gerencial - administrativa se apóia na desconfiança e na execração que a práxis política vem angariando no mundo.

As razões históricas para a execração e desconfiança quanto à práxis política meocem (e requerem) exame; ultrapassam porém o âmbito deste texto.

Entretanto, creio ser possível afirmar que o predomínio da atitude de recusa da dimensão política da realidade humana é também uma ação política, cuja eficácia reside em encobrir essa específica dimensão e cuja qualidade é a de produzir confusão e impotência à medida que desqualifica o pensa-

mento enquanto possibilitador da compreensão e invalida o diálogo enquanto instrumento para ação.

Ficamos todos sequiosos de resultados rápidos através de soluções pragmáticas e que nos poupem do risco trabalhosos de apostar em possibilidades novas.

Mas, em termos de nossa particular instituição, qual seria a possibilidade nova que poderíamos buscar realizar?

Entretanto, arrisco ter uma esperança: a de que a especificidade de nosso Departamento inclua o reconhecimento da política como dimensão da realidade humana à qual a Psicanálise está referida.

Referência bibliográfica:

(1) Arendt, Hanna "Será que a política ainda tem de algum modo um sentido?" pág. 120, in: *A dignidade da política* ed. Relume-Dumará, 1993

Maria de Fátima Vicente

LANÇAMENTO DE LIVROS

I - Alcimar Alves Souza Lima, Cleuza Pavan, Suzana Pacheco, Marta Palhares registram seu trabalho de releitura de Freud, inspirados na teoria de caos e da complexidade. Deste modo empreendem a tarefa de atualizar conceitos psicanalíticos na caldênia dos paradigmas da ciência contemporânea.

Pulsões-uma orquestração psicanalítica no compasso entre o corpo e o objeto será lançado pela Editora Vozes, no final deste semestre, em data a ser divulgada.

II - Lançada pela editora Marco Zero, o livro *Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil*, organizado por Cristina Bruschini e Bila Sorj, oferece aos leitores um entendimento aprofundado da organização da vida social brasileira, através de onze artigos, assinados por pesquisadores de diversas disciplinas.

Renata Udler Cromberg escreve um dos capítulos, intitulado: "A cena incestuosa: O problema da vitimização", no qual apresenta sob a luz da Psicanálise, os parâmetros metodológicos, as hipóteses e o diagrama conclusivo de uma pesquisa sobre violência sexual em mulheres e meninas assistidas em instituições

públicas.

Henriette Abramides Bucarechi

III - Renato Mezan: um novo livro e duas reedições

Está para ser lançado o novo livro de Mezan, *Figuras da teoria psicanalítica* (EDUSP/Êscuta), juntamente com a segunda edição de *A vingança da esfinge: ensaios de Psicanálise* (Brasiliense) e de *Psicanálise, Judaísmo: ressonâncias* (Imago). Bem-vinda a fértil produção!

Figuras... tem como tema subjacente a imbricação entre processos primário e secundário, dimensão plástica e cênica do universo da fantasia e caráter abstrato e generalizante do pensamento racional, no processo de construção de um conceito teórico; este princípio vale para qualquer "processo de produção" do pensamento, mas é abordado por Mezan principalmente no que tange à teorização psicanalítica. Delinca-se, assim, uma "clínica do texto" psicanalítico, o que não significa que os artigos trabalhem apenas com o material teórico originado neste campo; a Cultura, no seu sentido mais amplo, comparece como fonte de recursos de figurabilidade e como contexto no qual se dá o processo de pensamento, o que aliás já é um traço distintivo de seus escritos.

O livro é composto de quatro artigos, dois

deles inéditos.

"As filhas dos filisteus (sobre um lapso de Freud)" foi originalmente publicado na *Percurso* (1988) no seu primeiro número que, por sorte ou por azar está esgotado. O texto parte da observação de um "erro" de citação de Freud na famosa carta 69 de 1897, em que ele fez alusão a uma passagem bíblica. O que estaria subjacente a este lapso é uma identificação de Freud com a figura de David, processo que é compreendido por uma referência a conteúdos recalcados infantis e que tem conseqüências nas suas formulações teóricas, e em especial no conhecido abandono da teoria da sedução. Para prosseguir na sua argumentação, Mezan retoma aspectos significativos da biografia de Freud destacando-se a relação com seu pai - e propõe uma leitura do trecho bíblico em questão considerando-se o contexto no qual ele emerge e operando uma "interpretação das significações latentes" que daí possam surgir. Esta interpretação pressupõe um conhecimento vasto e rigoroso do contexto histórico e cultural do relato bíblico e da época de Freud, vê-se, aqui, a necessidade de, quando interpretamos um lapso considerar e conhecer minimamente o contexto lingüístico e cultural do sujeito em causa; é o domínio sobre este contexto que permite a Mezan formular uma interpretação com uma grande "margem de segurança" - já que trabalha com associações plausíveis relacionadas aos elementos da carta -, conservando, porém, o caráter hipotético.

tético que qualquer interpretação deve manter. No que se refere ao aspecto biográfico, Mezan sugere que, subjacente à proposta "teórica" do abandono do modelo da sedução como explicação da etiologia das neuroses, Freud tentava inocentar o pai - o seu pai - das acusações e ataques que teria até então dirigido a ele, buscando assim uma reconciliação; o que Freud não podia conceber - e aqui teríamos um recalcque tanto pessoal quanto "teórico" - é que a mãe, então, poderia ser considerada "culpada", origem e objeto de hostilidade na relação com o seu filho.

"Três concepções do originário" é a grande novidade. O tema do originário e, por sua própria natureza, *fundamental* - de importância inquestionável e ao mesmo tempo vinculado aos fundamentos da Psicanálise e do sujeito psíquico -, é trabalhado por Mezan a partir de três concepções apresentadas em "textos de síntese" (por sua maturidade e por sua ambição de uma abordagem mais global) de três grandes autores da "Psicanálise francesa": Conrad Stein, Claude Le Guen e Jean Laplanche. A questão que anima o texto é: "como e por que três autores, movidos de iníquo por inquietações bastante semelhantes, pois concernem em última instância à natureza da Psicanálise enquanto teoria e enquanto prática, podem chegar a conclusões tão diferentes?"

Deixo ao leitor a tarefa de percorrer o texto em busca da resposta; Mezan termina com a imagem dos alfaiates e do rei Freud como metáfora do trabalho de teorização do analista: "Le Guen, Laplanche e Stein podem ser comparados a três alfaiates que vão ao castelo levando na bagagem uma nova vestimenta para o rei. Muito bem: são vestimentas magníficas, bem cortadas, tecidas com o melhor fio. Mas é preciso reconhecer: estes habilíssimos artesãos não se entendem lá muito bem sobre as medidas do

seu ilustre cliente!" O trabalho do analista só pode ser compreendido como o de um artesão quando se leva em conta a figurabilidade presente e implicada no pensamento conceitual.

"Sobre a Psicanálise e o psicanalista: leituras" é um texto composto de seis resenhas escritas em diferentes momentos sobre livros de Psicanálise. Podemos acompanhar, aqui, a maneira com Mezan lê diversos autores, e observamos como nestas leituras emergem e são pensadas as próprias questões do resenhador. O conjunto de livros selecionados é justificado pela sua preocupação com "as implicações teóricas e clínicas da diversidade hoje vigente no campo psicanalítico, que determinam silenciosamente certos funcionamentos tanto do terapeuta quanto do paciente e mesmo do supervisor". O artigo inicia com uma bela apresentação na qual Mezan faz alguns comentários sobre os "fazer uma resenha", tanto no seu aspecto técnico quanto na sua função para o autor e para o leitor; e, mais especificamente, há uma reflexão sobre a função do ler para o psicanalista, que passa a maior parte do tempo isolado em sua sala e na suspensão do juízo de realidade a que conduz a sua tarefa. "Ler o que outros escrevem representa para o psicanalista mais do que um prazer ou um dever de atualização profissional: é uma atividade regeneradora tanto do seu narcisismo quanto do que estou chamando, por comodidade, de 'senso crítico' ". O texto-resenha é um formato utilizado por Mezan em outras publicações e, até onde eu sei, é uma criação sua (pelo menos nesta forma).

"Metapsicologia/fantasia" pode ser considerado um clássico da literatura psicanalítica brasileira. Mezan nos lembra que os conceitos podem ser compreendidos como personagens vivos, como seres míticos, grandiosos em sua indeterminação (conforme

Freud se refere ao conceito de *pulsão*). A pulsão pode ser um herói lendário, e a metapsicologia uma feiticeira que com suas poções auxilia o analista em seus momentos de embaraço (a associação entre metapsicologia e feiticeira é feita pelo próprio Freud, em uma famosa passagem de *Análise terminável e interminável*). Mezan aponta como o ambiente figurativo em *Pulsões e seus destinos* de Freud é estéril: "não há mãe nessa paisagem lunar em que todo estímulo é uma violência e toda tensão uma ameaça"; retomando algumas idéias de Monique Schneider, a interpretação desta "aspepsia intelectual" recai sobre o pavor de de Freud diante da sedução materna, na qual o prazer significa a interiorização do estímulo. Assim, Freud constrói um conceito chamado "princípio do prazer" baseado na eliminação do estímulo perturbador, e concebe a pulsão a partir da ficção da autonomia do sujeito, negando a experiência original de dependência.

Da mesma forma, a figura da feiticeira é a sinistra sedutora que precisa ser recoberta com a malha conceitual (metapsicologia) para neutralizar a "nebulosa materna envolvente e mortífera", mas é também o "ponto de apoio" que orienta o psicanalista diante do seu embaraço. A metapsicologia, na sua abstração e racionalidade, tem como subsolo a feiticeira, que traz consigo o sexual indomável, o universo da fantasia e o feminino repudiado. É neste subsolo que encontram-se alojadas as figuras da teoria psicanalítica.

O Departamento de Psicanálise deve alegrar-se por ter entre seus membros o pensador Renato Mezan, já que está fundado - pelo menos no que se refere a seus objetivos manifestos - sobre o princípio da produção.

Décio Gurfinkel

AGENDA

**I - ASSEMBLÉIA VOTAÇÃO
FORMA DE GESTÃO
E NOVA COORDENAÇÃO.**
13 DE MAIO, 8:30 HS

II - DIZEM QUE SOU LOUCO
Filme de Miriam Chnaiderman
Dia 29 de junho, 20 horas
Debate aberto ao público

Grupo de Estudos Sobre o Pensamento de Winnicott

Com especial atenção à sua articulação com a obra de de Freud
Coordenação: Décio Gurfinkel
Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae
Tel.: 825-9794

Mudança de Consultório

Isabel Rios comunica a mudança de seu consultório para Rua Cardoso de Almeida, nº313 - conj. 52 - 5º andar
Tel.: 826-1409

Conselho Editorial

Elisabeth Antonelli Gairra,
Eva Wongschowski,
Henriette Abramides Bucarechi,
Maria de Lourdes Caleiro Costa,
Sônia Maria Rio Neves

Produção Gráfica e Impressão
AD Central Tec. Gráfica Laser -
Tel.: 887-7782

Tiragem
300 Exemplos